


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDADANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÉOTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Data de aceite: 01/03/2021

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO

Professor e coordenador geral acadêmico do curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio

RESUMO: Este artigo visa aprofundar sobre as concepções de medidas socioeducativas de meio aberto identificando os traços punitivos de classe social e raça. Pesquisa realizada a partir de um estudo bibliográfico que se debruçou em compreender o processo de implementação das medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil, com um olhar crítico em relação as concepções de raça e classe social presente no âmbito desta política.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas socioeducativas de meio aberto; Adolescentes; raça e classe social.

ABSTRACT: This article aims to delve into the concepts of open social and educational media by identifying the punitive traits of social class and race. This research, conducted from a bibliographic study that focused on understanding the process of implementation and creation of the open-ended socio-educational measure in Brazil, with a critical look at the conceptions of race and social class present within the socio-educational measures of half open.

KEYWORDS: Open socio-educational measures; Teenagers; race and social class.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo tem como premissa trazer um olhar aprofundado sobre as medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil, um ensaio sobre os segmentos de raça e classe. Como base foi utilizada a pesquisa bibliográfica de cunho teórico com recorte a partir de 2010.

Temos como proposta problematizar a ausência da reflexão das medidas socioeducativas de meio aberto no Rio de Janeiro, visto que neste Estado são aplicadas de forma massiva as medidas privativas (internação), ocasionado numa superlotação dos espaços que deveriam ser destinados a ressocialização do adolescente, sendo relevante um profundo estudo sobre a temática com o intuito de traçar estratégias de cunho interventivo, no que se refere ao assunto em tela.

2 | AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO

Os sistemas de proteção à infância no Brasil alcançaram mudanças históricas, especialmente após a Constituição Federal de 1988. Da lógica institucional e autoritária para a Doutrina da Proteção Integral houve uma radical transformação no modo como crianças e adolescentes – sobretudo os mais pobres - são tratados.

O foco das medidas socioeducativas (MSE) é, basicamente, promover um conjunto

de ações que proporcionem aos adolescentes um processo de reflexão acerca de suas práticas infracionais, suas motivações para cometê-las e construir possibilidades de ressignificações que contribuam para uma relação social menos danosa para si mesmo, com as outras pessoas e com as propriedades públicas ou privadas. Assim, enquanto conclusão do processo, é esperado que o sujeito esteja consciente da sua responsabilização perante as suas práticas e, dentro desta compreensão construída durante a medida sócio educativa, entendendo que o universo dos direitos humanos envolve não só ele, mas também aqueles com quem ele interage. Dentre as categorias de MSE, há uma específica que se propõe a conduzir a medida sem fazer uso da internação, ou seja, a(o) adolescente não é privado de liberdade durante o seu cumprimento, que são as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA). São quatro: Advertência, Obrigação de Reparação de Dano, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA).

As medidas socioeducativas do meio aberto têm como objetivo oferecer acompanhamento social ao adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade.

A antiga concepção menorista e tutelar colocava generalizadamente o adolescente no processo de privação de liberdade, institucionalizando-o em ambientes fechados, favorecendo o seu “etiquetamento” como “delinquente” e rompendo os seus vínculos familiares e comunitários. Em contraposição a esta concepção, o ECA define a aplicação de medidas socioeducativas que devem levar em conta as necessidades pedagógicas do adolescente, preferindo-se aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (art. 112 e 113) e afirmando assim a prioridade para as medidas socioeducativas em meio aberto (MSE – MA).

Em janeiro de 2012, é promulgada a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e regulamenta a aplicação e a execução do conjunto de medidas socioeducativas. Estabelece previsões normativas para a atuação do Sistema de Justiça, das políticas setoriais e dos demais atores do sistema socioeducativo e a corresponsabilidade pelo acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. De maneira complementar ao ECA, a Lei do SINASE, no parágrafo 2º do art. 1º, define os seguintes objetivos das medidas socioeducativas:

- I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu plano individual de atendimento;
- III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos na Lei.

Essas diretrizes legais culminaram no estabelecimento da municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto pela Lei nº 12.594/2012. É válido

mencionar que a Lei do SINASE, com o objetivo de regular o registro do atendimento socioeducativo, prevê a necessidade de inscrição de serviços e programas de atendimento nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

2.1 O processo de municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil

Ao analisar o presente arranjo político-administrativo no qual os recursos para o financiamento, pela União, das medidas socioeducativas em meio aberto encontram-se integrados ao orçamento das políticas públicas no âmbito da assistência social, um novo desenho cooperativo se estabelece entre o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

A municipalização como princípio norteador na organização de políticas públicas sociais já uma realidade em diversos setores. O exemplo mais contundente é a municipalização dos serviços de saúde no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). De fato, a partir da Constituição Federal de 1988 os municípios vêm sendo investidos de responsabilidades crescentes, resultado de um intenso processo de descentralização. Neste caso, vale dizer, a descentralização é política, pois os municípios passaram a desempenhar papéis até então inéditos em nossa história, e levando em consideração as necessidades e características locais da população.

Em síntese, a municipalização reconhece o município como o principal responsável pela coordenação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das políticas públicas em seu território. Contudo, embora seja o principal responsável, não é o único, por isso a importância da cooperação técnica e financeira com os estados e a União.

Para o adolescente atribuído de autoria de ato infracional, municipalizar o atendimento socioeducativo aparece como possibilidade de garantir e preservar seus vínculos familiares e comunitários, o que é indispensável para garantir o caráter socioeducativo da medida imposta, afastando-a de um caráter predominantemente punitivo, característica da antiga legislação menorista. No entanto, a efetivação das novas concepções afirmadas pelo ECA encontra dificuldades. A tradição de institucionalização do adolescente em conflito com a lei, de caráter punitivo e típico da antiga justiça juvenil são fatores que ainda retardam a ênfase nas medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios brasileiros, muito fácil encarcerar pretos e pobres do que prover políticas públicas – tratando-se muitas vezes um Estado mais penal do que garantidor da clássica necessidade de socioeducar para a convivência familiar e comunitária.

Também no campo das medidas socioeducativas, a municipalização, como princípio de gestão pública, produz seus efeitos. Ela resulta no reconhecimento de que o município deve se responsabilizar pela coordenação e execução das medidas socioeducativas em meio aberto: a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade.

Esta compreensão constava da Resolução do CONANDA nº 113 de 2006 (artigo

30, inciso II) e foi contemplada pela Lei 12.594/12. Assim, ficou estabelecida, de forma inequívoca, a responsabilidade municipal (artigo 5º, inciso I, II e III) compete aos municípios:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado; II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual; III- criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas em meio aberto, IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema e VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Considerando que as políticas socioeducativas integram o Sistema de Garantia de Direitos, embora possuam um lugar limitado em razão da natureza sancionatória e da finalidade preventiva que as caracterizam, seus programas terão de observar as mesmas regras gerais que valem para todas as modalidades de políticas dirigidas à infância e adolescência, além de contemplar outras específicas aos seus objetivos. Um exemplo ilustrativo é a necessidade de integração operacional com as áreas da justiça, segurança pública, Ministério Público e Defensorias Públicas, conforme dispõe o artigo 88 do ECA.

A política socioeducativa possui algumas peculiaridades que não podem ser desconsideradas. Destina-se ao indivíduo adolescente e corresponde ao conjunto de ações que, realizadas no âmbito do poder público, dirigem-se ao adolescente que tenha sido atribuído de autoria de um ato infracional. Em síntese, as medidas socioeducativas e seus respectivos programas de execução destinam-se a adolescentes que estejam em conflitualidade perante a lei, e não a todos os adolescentes.

2.2 A execução das medidas socioeducativas de meio aberto no Rio de Janeiro

A Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços Comunitários (PSC), conhecidas como Medidas Socioeducativas Educativas (MSE) em Meio Aberto, e aplicadas a adolescentes, conforme as características do ato infracional, são operacionalizadas, de acordo com as circunstâncias socio familiar e disponibilidade de programas e serviços em nível regional, estadual e municipal.

Para Volpi (2015) as medidas socioeducativas abrangem aspectos de natureza coercitiva, uma vez que pune os infratores, e aspectos educativos, no que se refere a proteção integral e a possibilidade de oportunidades, tanto de formação, quanto de informação. Ressalta-se aqui que, esses elementos, coercitivos e educativos, variam, conforme a gravidade do delito cometido e/ou sua reiteração.

Os regimes socioeducativos devem constituir-se em condição que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos de participação na vida social (VOLPI, 2015, p. 25)

No que tange, a operacionalização das medidas socioeducativas, obrigatoriamente deve assegurar o envolvimento familiar e comunitário, até mesmo nos casos de privação de liberdade. Volpi (2015) afirma que, a estrutura de funcionamento dos programas deve contemplar a participação de grupos da comunidade, que irão contribuir com as atividades e participarão do planejamento e controle das ações desenvolvidas nas unidades de execução das medidas, propiciando a relação entre o adolescente e a comunidade.

Um outro ponto que permeia o âmbito da execução das medidas socioeducativas, seja nas unidades de aplicação ou nas atividades que envolvem os adolescentes, é o princípio da não discriminação e não estigmatização, visando que o adolescente não seja submetido à situações vexatórias ou preconceituosas pelos indivíduos que os cercam, pois essa prática acaba impedindo o adolescente de superar as adversidades na inclusão social e reforça os rótulos e estereótipos ao autor do ato infracional, algo que já é feito de forma intensificada pelos veículos midiáticos e alguns setores da sociedade.

Cabe aqui, apresentar algumas características existentes entre os meios fechado e aberto de aplicação das medidas socioeducativas. No primeiro caso, temos um ambiente homogêneo, marcado por ações repetidas e rotineiras, controlado pela vigilância, enquanto no meio aberto, manifesta-se a heterogeneidade, diversidade e multiplicidade de ambientes. (RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, 2019).

A responsabilidade do Estado pela ordenação dos dois tipos de medidas é diversa. Segundo Rizzini; Sposati e Oliveira (2019), cabe ao poder estadual, a gestão do meio fechado, onde a oferta do serviço deve ser feita, por meio de recursos públicos, possibilitando a orientação pedagógica da vivência da rotina cotidiana do adolescente. Já, a execução das MSE em meio aberto, pauta-se em uma direção que mobiliza diversas instituições, públicas e privadas, por meio de ações territorializadas de abrangência municipal. Acerca desta questão, RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, elucidam que:

A acolhida da MSE em meio aberto, pelo ente federativo municipal, repousa em responsabilidade partilhada por múltiplos agentes, públicos e privados, e é marcada pela colaboração intersetorial. Essa direção social concretiza expressões heterogêneas de responsabilidades e de possibilidades na aplicação da medida em meio aberto em todo o território nacional. Os múltiplos agentes e forças que podem atuar em direções convergentes ou divergentes, à da dinâmica do trabalho socioeducativo. (2019, p.53)

Tendo em vista, essa heterogeneidade na execução das MSE em meio aberto, cujas ações são marcadas por atores que convergem e divergem em relação ao trabalho socioeducativo realizado junto aos adolescentes, os referidos autores, sinalizam a dificuldade em qualificar o resultado dessas múltiplas experiências. Embora, a formação da

Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para aplicação das LA e PSC esteja prevista, em todos os 5.570 municípios do Brasil, somente em 841 dos municípios, ou seja, 16% do total, isto de fato ocorreu, de acordo com os resultados nacionais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, jun. 2018).

De acordo com o Relatório produzido a partir dos dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada entre fevereiro/março de 2018, o Brasil possui 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas de LA e PSC. Esse quantitativo representa 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no Brasil, estando as medidas de semiliberdade e internação, compreendidas nos demais 28%.

Cabe destacar, que a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2014) estabelece o lócus do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como o equipamento responsável pela execução das LA e PSC. É importante ressaltar que o acompanhamento das MS em meio aberto requer grandes esforços das equipes técnicas envolvidas, exigindo uma complexa articulação intersetorial, incluindo o sistema de justiça.

A partir de um debruçamento feito nas informações presentes no Relatório Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2018) é possível constatar que, do total de 92 municípios, que compõem o Estado do Rio de Janeiro, dos 91 municípios que participaram da pesquisa, apenas 24% afirmaram existir uma equipe técnica exclusiva para atendimento das MS em meio aberto, a grande maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro de acordo com a pesquisa, 62% contam com equipes genéricas, ou seja, atuam com MS em meio aberto, mas concomitante possuem outras frentes de atuação, conforme demanda do equipamento.

Outro dado relevante apresentado pela pesquisa, salienta o baixo percentual de municípios que informaram existir comissões intersetoriais do SINASE, apenas 19%. Em relação a inscrição dos serviços de meio aberto nos respectivos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de cada município, 69% afirmam que possuem inscrição. Um aspecto positivo, observados nos dados apresentados é que apenas 16% dos municípios informaram não ter elaborado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

A referida pesquisa também apresenta o quantitativo total de adolescentes que cumpriram LA e/ou PSC no ano de 2017, 4.053, onde o município do Rio de Janeiro seguido por Nova Iguaçu encontra-se no topo dessa lista com, 30% e 16%, respectivamente.

No que se refere, a operacionalização das MS em meio aberto, o relatório informa que, 88% dos municípios utilizam os CREAS como equipamento principal de atendimento das medidas, conforme determina a Tipificação dos Serviço Socioassistenciais, porém, mesmo os CREAS executando tais medidas de forma majoritária, é possível encontrar tais medidas sendo exercidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), ambos com 12% e por Órgãos Gestores

(02%), mas presentes no Noroeste fluminense e na Baixada Litorânea do Estado.

31 QUEM É O ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE M.A NO BRASIL EM GÊNERO, NÚMERO E GRAU

No ano de 1990 foi instaurada a Lei nº 8,069, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com a finalidade de estabelecer parâmetros para viabilização de direitos e proteção à criança e ao adolescente, que de acordo com o art. 2 caracteriza como adolescente a pessoa que possui de doze a dezoito anos incompletos de idade. O ECA nasce com a finalidade de subsidiar afirmações que dão relevância a proteção integral desta de crianças e adolescentes, atribuindo as devidas responsabilidades protetivas que se distribui entre família, Estado e sociedade.

O ECA, estabelece critérios para que o Estado ofereça as crianças e adolescentes que se encontram em conflito com a lei um tratamento humanizado, por meio de uma série de medidas socioeducativas.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e já apontada no item anterior só em 2018 o Brasil já apresentava o número de 117.207 adolescentes em processo de cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.

A medida, assim cumprida, possibilita ao adolescente a oportunidade de se reconhecer e rever sua conduta, a percepção de seu papel social, a identificação de passos para a não reincidência de atos semelhantes, o seu relacionamento com a sociedade e condução ética na relação e no processo de cumprimento da medida (SILVA; TORRES, 2011).

A situação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil apresenta-se como uma desafiante questão social posta na realidade das famílias, escolas, comunidades e do Estado e para as políticas públicas direcionadas a essa parcela específica da população.

Mudanças históricas no sistema de proteção à infância no Brasil, inicia-se a partir da constituição federal de 1988, quando crianças e adolescentes são reconhecidos enquanto sujeitos de direito e não mais meros objetos de intervenção do estado, mas ainda não podemos classificar essa mudança como uma proteção plena, uma vez que nos dias atuais crianças e adolescentes vivenciam a ausência de seus direitos básicos.

De modo geral, a percepção dos autores com base nos estudos bibliográficos e documentais desta pesquisa é de que os adolescentes em medida socioeducativa, em grande maioria, caracterizaram-se como usuários de drogas, com baixa escolarização, residentes de bairros e comunidades periféricas e que apresentam domínio dos mecanismos do tráfico de drogas, renda familiar baixa, além da ausência de uma rede familiar de apoio, grande maioria formadas por famílias monoparentais, uma vez que a

família também se encontra em situação de vulnerabilidade social, observa-se que os adolescentes se conflitam com a lei, têm em comum a ausência de proteção por parte do Estado, da família e da sociedade.

Com relação à incidência de atos infracionais e aplicação de MSE por gênero, há uma já conhecida prevalência masculina no grupo. Enquanto eles (masculinos) perfazem um total de 104.143, elas (femininos) são 13.104. Os tipos de atos infracionais não diferem muito por sexo, sendo os tipos de delitos mais praticados o tráfico, o roubo e o furto respectivamente. A visível disparidade de gênero pode apontar para dois aspectos: o primeiro diz respeito à forma como uma parcela da juventude masculina é alcançada pelo sistema de justiça e por outras formas de controle, estando os jovens estão mais vulneráveis ao aliciamento pelo tráfico de drogas, às abordagens policiais e à violência de Estado. Pode-se acrescentar a esse quadro de vulnerabilidade, o machismo social e institucional.

Sendo o machismo um sistema forte e influente (estruturante) nos números expressivos de mortes de garotos e de apreensões dos mesmos, carece o Estado pensar Políticas Públicas específicas que sejam atraentes para os homens sobre masculinidades e que entendam a reprodução da violência também como a reafirmação do machismo.

Percebe-se com essa pesquisa que nos aponta para a inexorável necessidade de pensar a situação dos meninos com mais cautela e formulando alternativas de socialização sobre as questões de gênero no Brasil. O fato de serem minoria não pode constituir-se em elemento que justifique seu esquecimento dada as vulnerabilidades que as acompanham durante toda a vida, pela simples condição de ser mulher. Sendo as mulheres vistas como “naturalmente” amáveis, maternais e dóceis, o ato infracional ou crime aparece como uma negação da feminilidade ou da própria natureza da mulher, em um universo dominado por homens, as mulheres têm mais dificuldade de superar o estigma da periculosidade, pois ocupam um lugar social que não é esperado para elas, mas sim para eles.

3.1 A concepção de classe social presente nas MSE/ MA

Na contemporaneidade, a violência tornou-se um fenômeno cada vez mais implícito e nas classes subalternas essa violência se expressa com mais intensidade, aliada a vulnerabilidade social, daí vemos muitos adolescentes que entram em conflitualidade com a Lei, tentando de certa forma se manter diante as desigualdades sociais. Em uma sociedade regida por padrões de consumo, “a criminalidade não é um produto de mau funcionamento, muito menos de fatores externos à própria sociedade: é o próprio produto inevitável da sociedade de consumidores” (COSTA, 2005, p. 67).

Conforme Paula (2006), o crime atrai por vários motivos, desde a satisfação interior propiciada pelo prazer da transgressão, num extremo, até a necessidade de satisfação da fome, em outro. Para Costa (2005) a sociedade brasileira, caracterizada pela grande disparidade social, pela pobreza da maioria da população e a histórica ausência do Estado

Social, agrega-se a isso fatores que propiciam o crescimento da violência criminal e como consequência, tem-se o desenvolvimento de uma sociedade punitiva, onde se propaga enquanto solução.

Dessa forma, ao lado da histórica relação difundida entre a pobreza e a criminalidade, tem-se a culpabilização dos adolescentes pelo aumento da violência criminal, no entanto, na relação adolescência e violência, o que se pode observar é que, conforme Trassi (2006) esta pode ser vista a partir de dois pontos de vista, o adolescente como autor no cenário da violência ou como a maior vítima desta situação.

3.2 Os adolescentes atribuídos de autoria de ato infracional têm raça?

Também é preciso entender o ato infracional enquanto uma construção histórica e social, permeada por desigualdades e marcas de classe, raça e gênero, mas sabe-se que elementos de classe e raça são fundamentais para entender a dinâmica do aprisionamento e criminalização dessa juventude. Partir do pressuposto de que o racismo é uma das lógicas estruturantes da criminalização dos jovens permite olhar a questão da medida socioeducativa para além de um problema individual, mas como um complexo arranjo que tem início nos processos de estigmatização e definição de papéis sociais aos sujeitos de acordo com sua constituição fenotípica, territorial e ou de origem étnica/familiar.

Sabemos que o número de jovens negros e pardos compõem o grande quantitativo presente nas medidas de meio aberto, porém as pesquisas destinadas ao território do estado do Rio de Janeiro ainda são rasas e pouco descritivas. Resultando em um esvaziamento das produções teóricas acerca desta temática.

Temos determinadas contestações que implicam no processo de submissão sobre os nossos corpos e subjetividade e isso está atrelado a determinadas máscaras subjetivas que nos são impostas todos os dias, mas há uma máscara que nós precisamos revelar, essa é uma discussão que a autora Kilomba para que possamos entender o lugar do corpo e da existência negra na nossa sociedade e o silenciamento dessa existência que está atrelada a máscara que ainda permanece nos nossos corpos e que se materializa no nosso cotidiano. A decorrência do apagamento das nossas tradições africanas no Brasil, ocorre, pois, estamos eliminando “a parte” negra do que compõe a formação social brasileira, através de um boicote cultural do que diz respeito às tradições desta etnia; portanto aproximando-se de um ideal do processo de embranquecimento. A máscara de Flandres¹ era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. A máscara representa o colonialismo como um todo. Ela é um

¹ Máscara de Flandres era uma espécie de máscara, fabricada com folha de flandres, usada no período da escravidão no Brasil, para impedir que os escravos ingerirem alimentos, bebidas ou terra. Feitas de chapa de aço laminada, eram trancadas com um cadeado atrás da cabeça, possuindo orifícios para os olhos e nariz, mas impedindo totalmente o acesso à boca.

instrumento de contenção objetivo e subjetivo (controle do corpo e da existência).

O racismo, o preconceito, a intolerância, estruturam a forma como as relações se estabelecem na sociedade brasileira; materializam-se no convívio social, assim como no acesso, permanência e mobilidade nas instituições que a compõem e irão provocar, nos indivíduos negros, registros afetivos adversos. O conceito de “raça” usados aqui, é o de “raça social”, conforme teorizou Guimarães (1999), isto é, não se trata de um dado biológico, mas de “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”. Consideramos a raça como resultante de uma série de práticas discursivas produtoras de um “solo fértil” de significações – como o discurso racializado – e que resultam na produção de campos não-discursivos – ações, comportamentos explícitos ou implícitos – geradoras de sua permanência e insistência como definidora de um sujeito e de uma história.

O Racismo é uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertençam. O racismo, que se materializa como discriminação racial, caracteriza-se pelo seu caráter sistêmico e, desse modo, não pode ser definido como um ato ou conjunto de atos, mas como um processo em que as condições de subalternidade de um grupo racial e, por outro lado, de privilégios de outro, encontram condições de reprodução nos âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. Racismo é uma lógica, pois dá sentido às mais diversas relações sociais, especialmente às de poder.

Uma vez que o Estado é a principal instituição política do mundo contemporâneo, o racismo alimenta ao mesmo tempo em que é alimentado pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos se torna possível. O racismo, como processo de constituição de identidades, não está fora da lógica do nacionalismo, podendo se afirmar, inclusive, que pouco se compreenderia sobre a formação dos Estados nacionais, suas economias e suas identidades culturais sem considerar o racismo e seus efeitos.

Assim como o Estado, a subjetividade jurídica é uma derivação das condições estruturais do capitalismo, e não de “normas jurídicas”. As concepções individualista e institucionalista apenas conseguem dar conta de aspectos parciais do fenômeno da desigualdade racial, uma vez que, diferentemente da concepção estrutural, captam a discriminação racial ou mesmo a raça como “desvio” ou “anormalidade” que devem ser corrigidos pela atuação do Estado e pela aplicação do direito.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados obtidos com a pesquisa, fica a inquietação, de como a questão racial é ignorada nas análises dos relatórios do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) sob a justificativa de: “O item raça não foi utilizado na pesquisa atual, pela necessidade

que o próprio SUAS tem em avançar sobre essa discussão, todavia, baseando-se no público encontrado no meio fechado, pode-se ter pistas que possibilitem uma leitura racial do cenário da LA e da PSC no Brasil”. A balbúrdia desta declaração está na postura naturalizada sobre o fato de ter havido uma colonização no país, e manifesta uma profunda desconstrução do perfil histórico que fundamenta o arcabouço teórico que irá embasar a construção sócio histórica da população negra brasileira.

Concluimos que de acordo com as reflexões sobre as medidas socioeducativas no Brasil, ainda temos uma longa caminhada no que tange a um debate aprofundado sobre gênero e classe social, e sobretudo a importância de trazer uma abordagem crítica acerca do contexto de raça e etnia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.C.A.; BOTELHO, D.A.; OLIVEIRA, A.P.B. A municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto em São Paulo (SP) e Pouso Alegre (MG). **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v.9, p.25-47, 2013.

A Família e o Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Simone-lara-da-Silveira.pdf>

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas. Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 05/12/19.

BRASIL. **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 05/12/2019.

Conselho Regional de Psicologia 3º Região – BA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> acesso 04.12.2019

COSTA, A.P.M. **Adolescência, violência e sociedade punitiva. Serviço Social e Sociedade.** Ano XXVI, nº 83. São Paulo: Cortez, 2005.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em <https://cartilhacrepop.crp03.org.br/a_social/medidas-socioeducativas-em-meio-aberto> acesso 04.12.2019

PAULA, P.A.G. **Ato infracional e natureza do Sistema de responsabilização**. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Org.). Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaíza; OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, José Lopes.; TORRES, Mabel Mascarenhas.. O perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade em Maringá. SERV. SOC. **REV., LONDRINA**, Vol. 14, nº.1, pág. 198-221, Jul./Dez. 2011.

TRASSI, M. L. Adolescência-violência: desperdício de vidas. São Paulo: Cortez, 2006.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceitualização 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021